



**AVISO**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 331/2019 - DEMLURB**

**PROCESSO nº. 07468/2019**

Acha-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo MENOR PREÇO, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **Locação mensal de caminhão, tipo trucado, equipado com poliguindaste duplo, sem motorista e sem combustível, para prestação de serviços de remoção e transporte de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.) até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, complementando os serviços essenciais de limpeza urbana no Município de Juiz de Fora/MG, incluindo todas as despesas de transporte entre áreas, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus, seguro (inclusive contra terceiros), resgate de equipamento avariado em via pública e demais insumos necessários ao serviço, nas quantidades, modelos e características definidas, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo VII que acompanha o Edital.**

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto nº 7.962/2003, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº. 12.211 de 2011 e demais legislações aplicáveis

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 08:00h do dia 27/11/2019, às 14:30h do dia 11/12/2019;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 15:00h do dia 11/12/2019**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/)**. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – **[pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br)**, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8188/8187.**

Juiz de Fora, ..... de ..... de 2019.

Comissão Permanente de Licitação



## **PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

Acha-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **Locação mensal de caminhão, tipo trucado, equipado com poliguindaste duplo, sem motorista e sem combustível, para prestação de serviços de remoção e transporte de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.) até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, complementando os serviços essenciais de limpeza urbana no Município de Juiz de Fora/MG, incluindo todas as despesas de transporte entre áreas, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus, seguro (inclusive contra terceiros), resgate de equipamento avariado em via pública e demais insumos necessários ao serviço, nas quantidades, modelos e características definidas**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo VII que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto nº 7.962/2003, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº. 12.211 de 2011 e demais legislações aplicáveis.

### **I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo da Comissão Permanente de Licitação e da Administradora do Pregão Eletrônico, sociedade empresária Detentora da Ata para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a CPL darão sequência ao processo de Pregão.

1.5. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.



1.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

## **II – DOS PROCEDIMENTOS**

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a **descrição e unidade de fornecimento** dos materiais constantes do Anexo VII do Edital.

2.1.2. É obrigatório informar a **MARCA** dos itens cotados.

2.1.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

2.1.4. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.5. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

2.1.6. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor mensal** de acordo com o especificado no Anexo VII.

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO MENSAL**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.



2.9.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

2.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**2.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**

2.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

2.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.16.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

2.18 – É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

2.19 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

2.19.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

2.19.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;



2.19.3 – A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

2.19.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.19.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 2.19.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

2.19.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 2.19.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

2.19.7 – O procedimento previsto no item 2.19 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

### III – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico.** Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

3.1.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

3.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma tiver sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

3.4 O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

### IV – DO OBJETO



4.1 - Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para o **Registro de Preços** objetivando a **Locação mensal de caminhão, tipo trucado, equipado com poliguindaste duplo, sem motorista e sem combustível, para prestação de serviços de remoção e transporte de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.) até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, complementando os serviços essenciais de limpeza urbana no Município de Juiz de Fora/MG, incluindo todas as despesas de transporte entre áreas, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus, seguro (inclusive contra terceiros), resgate de equipamento avariado em via pública e demais insumos necessários ao serviço, nas quantidades, modelos e características definidas, conforme especificações constantes do ANEXO VII, parte integrante deste edital.**

4.1.1 - A LICITANTE VENCEDORA deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

4.1.2 - A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo.

#### **4.2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:**

##### **4.2.1 - De Caráter Geral:**

**4.2.1.1** – Será retirado e transportado até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, todo tipo de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.), desde que sejam compatíveis com as especificações técnicas do veículo/equipamento locado.

**4.2.1.2** – O caminhão locado da **LICITANTE VENCEDORA** deverá realizar **no mínimo 03(três) viagens por dia**, de transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.

**4.2.1.2.1** – A carga a ser transportada deverá conter **no mínimo 80%(oitenta por cento) da capacidade volumétrica útil das caçambas estacionárias.**

**4.2.1.3** – Havendo aumento ou redução dos serviços poderá o **DEMLURB** determinar a adequação por parte da **LICITANTE VENCEDORA** do número de unidades locadas, respeitados os limites legais, conforme inciso IV do § 1º do art. 57 e o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

**4.2.1.4** – No caso de quebra do caminhão, para que o serviço não sofra prejuízo, o **DEMLURB** poderá receber veículo não vinculado ao contrato, desde que com as mesmas características da unidade contratada, devendo a empresa justificar ao **DEMLURB** a necessidade de tal apresentação com as devidas formalizações, fixando prazos para a regularização da unidade titular avariada, que não deverá ser superior a 15(quinze) dias, devendo o caminhão ser submetido a vistoria e análise prévia de sua documentação, visando sua aceitação pelo **DEMLURB**. Neste caso, se o caminhão substituído, não vinculado ao contrato, tiver idade superior a idade do veículo avariado, a remuneração do veículo que não pertencer ao contrato terá uma redução de 10% por ano de diferença entre a idade da unidade contratada e do veículo apresentado, que não deve ultrapassar 02(dois) anos. Passados os 15(quinze) dias sem a apresentação da unidade contratada, a empresa deverá substituir o caminhão defeituoso(do contrato) por outro com idênticas características, inclusive ano de fabricação.

##### **4.2.2 – Quanto ao caminhão:**

**4.2.2.1** – A quantidade, tipo, capacidade e demais características do caminhão objeto da presente locação, estão relacionadas neste Edital.



**4.2.2.2** – O caminhão deve ser apresentado e mantido à disposição do **DEMLURB** durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

**4.2.2.3** – Fica proibida a permanência de caminhão vinculado ao Contrato nas vias e logradouros quando não estiver em uso, salvo autorização expressa e específica do **DEMLURB**. É absolutamente vedado à **LICITANTE VENCEDORA** a utilização do caminhão vinculado a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização do caminhão objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do **DEMLURB**.

**4.2.2.5** – O **DEMLURB** não se responsabilizará, sob qualquer hipótese, pela integridade do caminhão locado em casos de acidentes ou outros eventos de força maior.

**4.2.2.6** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do **DEMLURB** às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.

**4.2.2.7** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar ao **DEMLURB** ou quando este solicitar, relatórios operacionais extraídos de software de controle de frota que efetue o armazenamento de informações em banco de dados referentes a quilometragem utilizada e o consumo de combustível do caminhão.

**4.2.2.8** – O caminhão deverá atender ao limite padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição do mesmo e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**4.2.2.9** – O **caminhão/equipamento** licitado na sua totalidade, compreendendo chassi+cabine e poliguindaste duplo, **em hipótese alguma, poderão sofrer alterações/adulterações em qualquer de suas partes (mecânica ou estrutural)**, salvo com expressa autorização do **DEMLURB** e anuência do fabricante do caminhão ou do equipamento.

#### **4.2.3 – Quanto à operação da retirada dos resíduos:**

**4.2.3.1** – O planejamento da operação de retirada dos resíduos nas vias e logradouros com o caminhão é atribuição do **DEMLURB** que, entretanto, poderá avaliar qualquer sugestão para maior eficiência do sistema.

**4.2.3.2** – O caminhão deverá ser colocado à disposição do **DEMLURB**, em local a ser previamente definido, quando este estiver em operação.

**4.2.3.3** – A operação do caminhão será realizada diariamente, devendo se garantir um **desempenho médio de 5.000km/mês**, conforme padrão de qualidade definido pelo **DEMLURB**.

**4.2.3.4** – O **DEMLURB** se reserva no direito de promover, a qualquer momento e a seu critério, alterações nos serviços executados com o caminhão, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** adequar-se de pronto às novas necessidades, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

**4.2.3.5** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá respeitar as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes a cada caso específico, inclusive no tocante às normas de segurança de transporte e ao Código Brasileiro de Trânsito.



#### **4.2.4 – Quanto à Medição:**

**4.2.4.1** – O objeto contratado dar-se-á por **cota de apresentação** do caminhão, **por mês**, de acordo com a condição e quantitativo definido neste instrumento.

**4.2.4.2** – O **DEMLURB** apresentará à **LICITANTE VENCEDORA**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações ocorridas no período, relativo a execução do serviço.

**4.2.4.3** – Na hipótese de greve ou paralisação dos empregados da **LICITANTE VENCEDORA**, que interrompa a execução do Contrato, a **LICITANTE VENCEDORA** não fará jus ao recebimento pelos dias de paralisação.

**4.2.4.4** – A **LICITANTE VENCEDORA** quando da ocorrência de algum sinistro que impossibilite o caminhão de operar, deverá **disponibilizar imediatamente veículo/equipamento reserva** para dar prosseguimento ao serviço que estará sendo executado, caso contrário, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo e não será contabilizado na medição diária.

**4.2.4.5** – Para efeito de apuração do valor diário, considerar-se-á sempre o número de dias trabalhados, do valor mensal do Contrato.

**4.2.4.6** – É de responsabilidade da **LICITANTE VENCEDORA** a execução de “*chek-list*” periódico, no intervalo mínimo de 15(quinze) dias, que pode ser executado por ocasião do reabastecimento, verificando-se a eventual necessidade de reparos, que também podem ser sinalizados pelo **DEMLURB**.

**4.2.4.7** – Em nenhuma hipótese, para efeito de aplicação das penalidades previstas, poderá ser considerado desconto parcial, aqui considerados sempre como um conjunto único.

**4.2.4.8** – A não apresentação do veículo/equipamento suficiente para o devido atendimento do contrato, além de ser descontado na medição, poderá ser considerado como quebra de contrato, podendo a **LICITANTE VENCEDORA** ser penalizada, conforme previsto neste Edital.

## **V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de interessados que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública do Município de Juiz de Fora.

5.2 As sociedades empresárias interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

## **VI - DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS**

6.1 Tendo o proponente sido qualificado pelo pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de



preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1 Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3 Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2 A duração da sessão de disputa de preços, prevista no preâmbulo deste edital, poderá sofrer alterações de acordo com o disposto no Decreto nº 7.485/02, que regulamenta a matéria.

6.2.1 Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

## **VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**7.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.**

7.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do **DEMLURB**, creditado em favor da **LICITANTE VENCEDORA**, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30(trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, junto à Divisão de Expediente do **DEMLURB** e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato:

**BANCO:** \_\_\_\_\_

**AGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

**CONTA CORRENTE:** \_\_\_\_\_

**LOCALIDADE:** \_\_\_\_\_

7.4 – O **DEMLURB** apresentará à **LICITANTE VENCEDORA**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações, por veículo, ocorridas no período relativo a execução dos serviços.

7.5 – Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; e, da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

7.6 – No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 7.5 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica o **DEMLURB** autorizado a efetuar o



pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à **LICITANTE VENCEDORA**, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

7.7 – O **DEMLURB** poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **LICITANTE VENCEDORA**, por força do Termo de Referência.

7.8 – Quando ocorrer a situação prevista no subitem 7.6, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Termo de Referência.

7.9 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

7.10 – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do **DEMLURB**, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

7.11 – Para a hipótese definida no item 7.10, a **LICITANTE VENCEDORA** fica obrigada a emitir Fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de Fatura em atraso por inadimplemento do **DEMLURB**.

7.12 – O CNPJ da **LICITANTE VENCEDORA** constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

7.13 – O ISSQN será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da **LICITANTE VENCEDORA**.

7.13.1 – A retenção de ISSQN será no percentual de 5%, nos termos do art. 47, item 24.01 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de sua prestação, em tese, no Município de Juiz de Fora, caso o licitante vencedor possua aqui o seu estabelecimento prestador.

**Observação importante:** Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.13.2 – A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: <http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controleinterno/legislacao.php>

7.14. A despesa com o objeto em questão correrá a conta da **dotação orçamentária** nº



**1.15.452.0005.22470000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, saldo disponível na dotação para o exercício de 2019, mediante a devida previsão financeira.

7.15. O regime de execução é por empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, inciso II, alínea “b”, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **VIII - DA HABILITAÇÃO**

8.1 Para **habilitação**, deverá a sociedade empresária vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, **postando os mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas**, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o seguinte endereço: Av. Brasil, 2001, 6º andar - Centro - Juiz de Fora, MG - CEP: 36060-010. Não aceitaremos a documentação via Fax ou e-mail.**

8.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior.

8.1.2 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

8.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados de forma organizada, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos ou misturados.

8.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

8.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB  
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:  
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

### **8.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:**

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

8.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme Anexo V:



8.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

8.2.4.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

8.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

8.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

8.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Anexo IV.

8.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo III.

8.2.7 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo II.

8.2.8 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo II.

### **8.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:**

8.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

8.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a



apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **8.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

8.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 8.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.



8.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

8.4.2.1. O item 8.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

8.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

8.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

8.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

## 8.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

8.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

8.5.1.1 - O(s) atestado(s) recebido(s) estará(ão) sujeito(s) à conferência pelo DEMLURB quanto à veracidade do(s) conteúdo(s), inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102 da Lei nº.8.666/93 e suas alterações;

8.5.1.2 – Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado(s) que comprove(m) experiência no mercado, compatível com o objeto licitado;

8.5.1.3 - Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da **LICITANTE** participante.

8.6 - Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as

penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

8.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**8.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3 e 8.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.**

8.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

8.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

## **IX - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

9.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.2- A autoridade competente homologará o resultado da licitação e logo após será convocado o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a CPL.

9.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

9.4 - Decorrido o prazo do item 9.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata de RP, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.4.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;



9.4.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4.3 - A multa de que trata o item 9.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5. A Administração Pública através da(s) Unidade(s) Requisitante(s) nos termos preceituados pela legislação específica ou, conforme o caso, convocará o Detentor da Ata de Registro de Preços para formalizar o termo contratual.

9.5.1. A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

## **9.6 - DO CONTRATO**

9.6.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.6.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.6.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

9.6.4 – O contrato a ser firmado com a **LICITANTE VENCEDORA** terá **vigência de 12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada, mediante termo aditivo, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade do mesmo e caso não ocorram no primeiro período de contrato, penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações.

**9.6.5** – Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de Maio de 2005.

**9.6.6** – Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei n.º 8.666/93, ocasião em que a **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência de álea econômica extraordinária.

## **X – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

10.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.





## **XI - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, conforme o caso.

11.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

11.3. A licitante vencedora prestará somente os serviços relacionados neste Edital.

11.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação a terceiros dos serviços contratados, mesmo que solicitados por seus servidores.

### **11.5. DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.5.1 - Havendo justificado interesse público e autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

11.5.1.1 – A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

11.5.2 – A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, em parte do contrato, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do valor contratado, assumindo a **LICITANTE VENCEDORA** completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com o **DEMLURB**.

## **XII – DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

12.1. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização, será de no máximo **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de assinatura do Contrato entre as partes, acompanhada da Nota de Empenho emitida pela Unidade Requisitante.

12.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **XIII - DAS OBRIGAÇÕES**

### **13.1 – DO DEMLURB:**

13.1.1 – Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

13.1.2 – Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela **LICITANTE VENCEDORA**.

13.1.3 – Prestar à **LICITANTE VENCEDORA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

13.1.4 – Remeter advertências à **LICITANTE VENCEDORA**, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

- 13.1.5 – Aplicar a LICITANTE VENCEDORA penalidades, quando for o caso.
- 13.1.6 – Notificar, por escrito, a LICITANTE VENCEDORA da aplicação de qualquer sanção.
- 13.1.7 – Efetuar o pagamento da LICITANTE VENCEDORA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
- 13.1.8 – Fornecer combustível (óleo diesel) para a execução dos serviços.
- 13.1.9 – Proceder “*Vistoria Técnica*” no caminhão antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.
- 13.1.10 – Recusar a apresentação do caminhão que não estiver em perfeitas condições quando da “*Vistoria Técnica*”.
- 13.1.11 – Exigir a substituição do caminhão em operação se este não estiver em perfeitas condições.
- 13.1.12 – Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.
- 13.1.13 – Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados do veículo, ocorridas no período.
- 13.1.14 – Conduzir o caminhão durante a efetiva prestação dos serviços, através de motorista do DEMLURB, devidamente habilitado e qualificado.
- 13.1.15 – Responsabilizar-se pela guarda do caminhão em funcionamento durante a execução do contrato.
- 13.1.16 – A guarda do caminhão locado (em funcionamento) será realizada nas dependências do DEMLURB.
- 13.1.17 – Exigir da LICITANTE VENCEDORA, em casos excepcionais, desde que prévia e expressamente comunicada em prazo a ser fixado pelo DEMLURB, que a guarda do caminhão locado (em funcionamento), se dê em local diverso do previsto no item 13.1.16, deste Edital, até que seja normalizada a situação que originou a mudança do local da guarda, caso em que ficará sob sua responsabilidade, em local próprio ou alugado, suficientemente adequado, sem prejuízo da qualidade e agilidade na disponibilização do veículo.
- 13.1.18 – Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação do caminhão locado.
- 13.1.19 – Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

### **13.2 – DA LICITANTE VENCEDORA:**

- 13.2.1 – Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e no edital.
- 13.2.2 – Fornecer o caminhão compatível com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste Edital, no prazo máximo de 15(quinze) dias, após a assinatura do Contrato.



13.2.3– Apresentar obrigatoriamente, quando da “*Vistoria Técnica*”, plano de manutenção e conservação do caminhão a ser utilizado na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

13.2.4 – Manter o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

13.2.5 – Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do caminhão, o qual deverá apresentar-se em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

13.2.6 – Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos pneus do caminhão locado), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

13.2.7 – Revisar periodicamente, os itens de segurança do caminhão, de forma que seja garantida a segurança do motorista e de terceiros.

13.2.8 – Disponibilizar durante 24(vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição do caminhão.

13.2.9 – Substituir, imediatamente (através de caminhão/equipamento reserva), em caso de sinistro e/ou problema mecânico e/ou avaria que possa vir a ocorrer com o veículo titular, durante sua operação; em cumprimento a execução contratual, não comprometendo assim, a realização dos serviços essenciais de retirada e transporte dos resíduos das vias públicas e logradouros do Município.

13.2.10 – A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02(duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pelo DEMLURB.

13.2.11 – Disponibilizar também no prazo máximo de 02(duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

13.2.12 – Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

13.2.13 – Indicar funcionário capacitado para gerenciar o veículo locado, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

13.2.14 – Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro do DEMLURB.

13.2.15 – Comunicar ao DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção do caminhão, que correrá integralmente por conta da LICITANTE VENCEDORA, para acompanhamento da execução do contrato.

13.2.16 – Não substituir, nem fornecer caminhão por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.



13.2.17 – Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhão em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

13.2.18 – O caminhão deverá ser pintado e/ou adesivado nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

13.2.19 – Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículo reserva, peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

13.2.20 – Manter a documentação do caminhão dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

13.2.21 – Disponibilizar o caminhão locado, com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, o mesmo estiver a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

13.2.22 – Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem do caminhão, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

13.2.23 – Disponibilizar o caminhão devidamente instalado com tacógrafo, realizando a manutenção preventiva e corretiva desse equipamento, bem como a troca diária do disco, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

13.2.24 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

13.2.25 – Todos os impostos, taxas, contribuições e outros porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão inclusos no valor do contrato.

13.2.26 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.2.27 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

13.2.28 – Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da LICITANTE VENCEDORA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

13.2.29 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

13.2.30 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55,

sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

13.2.31 – Apresentar nota fiscal/fatura correspondente ao serviço executado, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

13.2.32 – Substituir, de imediato e às suas expensas, o serviço que não se adequar às especificações do presente Edital.

13.2.33 – Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

13.2.34 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Edital, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB.

13.2.35 - A LICITANTE VENCEDORA ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas neste Edital, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.

13.2.36 – À LICITANTE VENCEDORA caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

13.3.37 – A LICITANTE VENCEDORA, quando do veículo e equipamento não for de sua propriedade, ficará obrigada a apresentação de termo de compromisso de celebração de contrato de "*leasing*", contrato de aquisição entre a LICITANTE VENCEDORA e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou *Contrato de locação com terceiro*, quando da assinatura do contrato com DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que o veículo e equipamento estará disponível e vinculado ao futuro Contrato.

#### **XIV - DAS PENALIDADES E RESCISÃO**

14.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

14.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

14.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.



14.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

14.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 14.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

14.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 14.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

14.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

14.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

14.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

14.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

14.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

## **XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

15.1. – Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto serão realizados pelo DEMLURB.

15.1.1 – O DEMLURB atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à LICITANTE VENCEDORA.

15.1.2 – O recebimento definitivo do objeto deste Edital, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.



15.1.3 – A fiscalização sobre o cumprimento do objeto contratado será efetuada pela Diretoria Operacional do DEMLURB ou seus prepostos, sob a coordenação da respectiva diretoria, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

15.2 – A comunicação entre o DEMLURB e a LICITANTE VENCEDORA deverá ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina. Na hipótese de a LICITANTE VENCEDORA se negar a passar recibo das comunicações a ela feitas, serão estas consideradas entregues para todos os efeitos legais.

15.3 – Constatada a regular prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, cabe à Fiscalização do DEMLURB atestar a sua satisfatória execução.

15.4 – A LICITANTE VENCEDORA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do DEMLURB acesse qualquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas ao veículo, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

15.5 – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da LICITANTE VENCEDORA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o DEMLURB ou perante terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do DEMLURB ou de seus prepostos.

## **XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

16.8- Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.



Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.  
Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.  
Anexo VI – Minuta de Contrato.  
Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO I**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ..... /..... – .....**  
**PROCESSO nº 07468/2019 – PE nº 331/2019**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

*(deverá ser preenchido conforme orientação da AJLC/CPL/SARH)*

A ....., doravante denominada ....., e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua) ....., Sr(a). ....., e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida ....., nº. ...., CNPJ nº. ...., pelo seu representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº. ...., R.G. nº. ...., doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº.10.520/2002 e Decreto Municipal nº.7.485/2002, Decreto Municipal nº.7.962/2003, Decreto nº 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº ...../20....**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº ...../20...., firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº.8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas **para a .....**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº. ..../20...., Pregão Eletrônico nº. ..../20...., para atender demanda da ....., doravante denominada **UNIDADE REQUISITANTE**.

**CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

**CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA**

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.





3.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

3.3 – Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº...../20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### **CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1 - As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2 – O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3 - Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil.

4.4 - A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

#### **CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

5.1 – O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2 – Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 – Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.



5.4 – Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

## **CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 – O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

### **6.2.1 – Pela UNIDADE GESTORA:**

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

### **6.2.2 – Pelo FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3 – O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO**

7.1 - A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

7.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

## **CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES**

8.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

## **CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES**

9.1 – O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº.8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a



própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3 - Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 9.2, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1 - Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 9.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4 - O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº.7962/2003.

9.6 – As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8 – Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9 – As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10 – Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº.8.666/93.

## **CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. ....**/20...., seus anexos e a proposta da sociedade empresária \_\_\_\_\_ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº.7485/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto nº.7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

#### **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

**GESTOR**  
**Representante Legal**

**EMPRESA**  
**Representante Legal**  
**Cargo**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº .....  
e do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de  
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 331/2019**, assim como tem pleno  
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em  
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não  
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A .....

*(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica Local)*

....., neste ato representado por seu ..... Sr. ...., com interveniência do (a) Secretário (a) de ....., Sr. ...., doravante denominado MUNICÍPIO e a ..... estabelecida à rua ..... n.º ....., CNPJ nº ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº ....., doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº .....**, conforme consta do **processo** administrativo próprio nº ..... e Ata de Registro de Preços nº ....., firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 – É objeto deste instrumento ....., conforme Ata de Registro de Preços nº ....., e especificações do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº ...../20...., os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1 - A Contratada deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

1.1.2 - A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo.

**1.2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:**

**1.2.1 - De Caráter Geral:**

**1.2.1.1** – Será retirado e transportado até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, todo tipo de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.), desde que sejam compatíveis com as especificações técnicas do veículo/equipamento locado.

**1.2.1.2** – O caminhão locado da Contratada deverá realizar **no mínimo 03(três) viagens por dia**, de transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.

**1.2.1.2.1** – A carga a ser transportada deverá conter **no mínimo 80%(oitenta por cento) da capacidade volumétrica útil das caçambas estacionárias**.

**1.2.1.3** – Havendo aumento ou redução dos serviços poderá o **DEMLURB** determinar a adequação por parte da **Contratada** do número de unidades locadas, respeitados os limites legais, conforme inciso IV do § 1º do art. 57 e o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

**1.2.1.4** – No caso de quebra do caminhão, para que o serviço não sofra prejuízo, o **DEMLURB** poderá receber veículo não vinculado ao contrato, desde que com as mesmas características da unidade contratada, devendo a empresa justificar ao **DEMLURB** a necessidade de tal apresentação com as devidas formalizações, fixando prazos para a regularização da unidade titular avariada, que não deverá ser



superior a 15(quinze) dias, devendo o caminhão ser submetido a vistoria e análise prévia de sua documentação, visando sua aceitação pelo **DEMLURB**. Neste caso, se o caminhão substituído, não vinculado ao contrato, tiver idade superior a idade do veículo avariado, a remuneração do veículo que não pertencer ao contrato terá uma redução de 10% por ano de diferença entre a idade da unidade contratada e do veículo apresentado, que não deve ultrapassar 02(dois) anos. Passados os 15(quinze) dias sem a apresentação da unidade contratada, a empresa deverá substituir o caminhão defeituoso(do contrato) por outro com idênticas características, inclusive ano de fabricação.

#### **1.2.2 – Quanto ao caminhão:**

**1.2.2.1** – A quantidade, tipo, capacidade e demais características do caminhão objeto da presente locação, estão relacionadas neste Contrato.

**1.2.2.2** – O caminhão deve ser apresentado e mantido à disposição do **DEMLURB** durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

**1.2.2.3** – Fica proibida a permanência de caminhão vinculado ao Contrato nas vias e logradouros quando não estiver em uso, salvo autorização expressa e específica do **DEMLURB**. É absolutamente vedado à Contratada a utilização do caminhão vinculado a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização do caminhão objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do **DEMLURB**.

**1.2.2.5** – O **DEMLURB** não se responsabilizará, sob qualquer hipótese, pela integridade do caminhão locado em casos de acidentes ou outros eventos de força maior.

**1.2.2.6** – A **Contratada** deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do **DEMLURB** às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.

**1.2.2.7** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar ao **DEMLURB** ou quando este solicitar, relatórios operacionais extraídos de software de controle de frota que efetue o armazenamento de informações em banco de dados referentes a quilometragem utilizada e o consumo de combustível do caminhão.

**1.2.2.8** – O caminhão deverá atender ao limite padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição do mesmo e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**1.2.2.9** – O **caminhão/equipamento** licitado na sua totalidade, compreendendo chassi+cabine e poliguindaste duplo, **em hipótese alguma, poderão sofrer alterações/adulterações em qualquer de suas partes (mecânica ou estrutural)**, salvo com expressa autorização do **DEMLURB** e anuência do fabricante do caminhão ou do equipamento.

#### **1.2.3 – Quanto à operação da retirada dos resíduos:**

**1.2.3.1** – O planejamento da operação de retirada dos resíduos nas vias e logradouros com o caminhão é atribuição do **DEMLURB** que, entretanto, poderá avaliar qualquer sugestão para maior eficiência do sistema.

**1.2.3.2** – O caminhão deverá ser colocado à disposição do **DEMLURB**, em local a ser previamente definido, quando este estiver em operação.



**1.2.3.3** – A operação do caminhão será realizada diariamente, devendo se garantir um **desempenho médio de 5.000km/mês**, conforme padrão de qualidade definido pelo **DEMLURB**.

**1.2.3.4** – O **DEMLURB** se reserva no direito de promover, a qualquer momento e a seu critério, alterações nos serviços executados com o caminhão, devendo a Contratada adequar-se de pronto às novas necessidades, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

**1.2.3.5** – A Contratada deverá respeitar as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes a cada caso específico, inclusive no tocante às normas de segurança de transporte e ao Código Brasileiro de Trânsito.

#### **1.2.4 – Quanto à Medição:**

**1.2.4.1** – O objeto contratado dar-se-á por **cota de apresentação** do caminhão, **por mês**, de acordo com a condição e quantitativo definido neste instrumento.

**1.2.4.2** – O **DEMLURB** apresentará à **Contratada**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações ocorridas no período, relativo a execução do serviço.

**1.2.4.3** – Na hipótese de greve ou paralisação dos empregados da **Contratada**, que interrompa a execução do Contrato, a **Contratada** não fará jus ao recebimento pelos dias de paralisação.

**1.2.4.4** – A **Contratada** quando da ocorrência de algum sinistro que impossibilite o caminhão de operar, deverá **disponibilizar imediatamente veículo/equipamento reserva** para dar prosseguimento ao serviço que estará sendo executado, caso contrário, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo e não será contabilizado na medição diária.

**1.2.4.5** – Para efeito de apuração do valor diário, considerar-se-á sempre o número de dias trabalhados, do valor mensal do Contrato.

**1.2.4.6** – É de responsabilidade da Contratada a execução de “*chek-list*” periódico, no intervalo mínimo de 15(quinze) dias, que pode ser executado por ocasião do reabastecimento, verificando-se a eventual necessidade de reparos, que também podem ser sinalizados pelo **DEMLURB**.

**1.2.4.7** – Em nenhuma hipótese, para efeito de aplicação das penalidades previstas, poderá ser considerado desconto parcial, aqui considerados sempre como um conjunto único.

**1.2.4.8** – A não apresentação do veículo/equipamento suficiente para o devido atendimento do contrato, além de ser descontado na medição, poderá ser considerado como quebra de contrato, podendo a Contratada ser penalizada, conforme previsto neste Contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1** - O presente contrato, tem o **valor de R\$ .....** (.....), conforme valor do preço registrado e quantidade informados abaixo:

<b>Item</b>	<b>Quant.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>	
			R\$	



**2.1.1.** O MUNICÍPIO pagará mensalmente, à Contratada o valor correspondente à parcela do contrato executada no mês, conforme nota Fiscal, observados os preços unitários registrados.

**2.2** - O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do **DEMLURB**, creditado em favor da **Contratada**, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30(trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato:

**BANCO:** \_\_\_\_\_

**AGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

**CONTA CORRENTE:** \_\_\_\_\_

**LOCALIDADE:** \_\_\_\_\_

**2.3** – O **DEMLURB** apresentará à **Contratada**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações, por veículo, ocorridas no período relativo a execução dos serviços.

**2.4** – Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; e, da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

**2.5** – No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 2.4 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica o **DEMLURB** autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à **Contratada**, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

**2.6** – O **DEMLURB** poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **Contratada**, por força do Contrato.

**2.7** – Quando ocorrer a situação prevista no subitem 2.6, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

**2.8** – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

**2.9** – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do **DEMLURB**, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

**2.10** – Para a hipótese definida no item 2.9, a **Contratada** fica obrigada a emitir Fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de Fatura em atraso por inadimplemento do **DEMLURB**.

**2.11** – O CNPJ da **Contratada** constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

**2.12** – O ISSQN será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da **LICITANTE VENCEDORA**.

**2.12.1** – A retenção de ISSQN será no percentual de 5%, nos termos do art. 47, item 24.01 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de sua prestação, em tese, no Município de Juiz de Fora, caso o licitante vencedor possua aqui o seu estabelecimento prestador.

**Observação importante:** Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**2.12.2** – A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: <http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controleinterno/legislacao.php>

**2.13.** A despesa com o objeto em questão correrá a conta da **dotação orçamentária nº 1.15.452.0005.22470000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, saldo disponível na dotação para o exercício de 2019, mediante a devida previsão financeira.

**2.15.** O regime de execução é por empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

**3.1** - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2** - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**3.3** - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4** – O contrato a ser firmado com a **Contratada** terá **vigência de 12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada, mediante termo aditivo, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade do mesmo e caso não ocorram no primeiro período de contrato, penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.



**3.5** – Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de Maio de 2005.

**3.6** – Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, ocasião em que a **Contratada** deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência de álea econômica extraordinária.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização, será de no máximo **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de assinatura do Contrato entre as partes, acompanhada da Nota de Empenho emitida pela Unidade Requisitante.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **5.1 – DO DEMLURB:**

5.1.1 – Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

5.1.2 – Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela Contratada.

5.1.3 – Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

5.1.4 – Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

5.1.5 – Aplicar a Contratada penalidades, quando for o caso.

5.1.6 – Notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.1.7 – Efetuar o pagamento da Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

5.1.8 – Fornecer combustível (óleo diesel) para a execução dos serviços.

5.1.9 – Proceder “*Vistoria Técnica*” no caminhão antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.

5.1.10 – Recusar a apresentação do caminhão que não estiver em perfeitas condições quando da “*Vistoria Técnica*”.

5.1.11 – Exigir a substituição do caminhão em operação se este não estiver em perfeitas condições.



5.1.12 – Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

5.1.13 – Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados do veículo, ocorridas no período.

5.1.14 – Conduzir o caminhão durante a efetiva prestação dos serviços, através de motorista do DEMLURB, devidamente habilitado e qualificado.

5.1.15 – Responsabilizar-se pela guarda do caminhão em funcionamento durante a execução do contrato.

5.1.16 – A guarda do caminhão locado (em funcionamento) será realizada nas dependências do DEMLURB.

5.1.17 – Exigir da Contratada, em casos excepcionais, desde que prévia e expressamente comunicada em prazo a ser fixado pelo DEMLURB, que a guarda do caminhão locado (em funcionamento), se dê em local diverso do previsto no item 5.1.16, deste Contrato, até que seja normalizada a situação que originou a mudança do local da guarda, caso em que ficará sob sua responsabilidade, em local próprio ou alugado, suficientemente adequado, sem prejuízo da qualidade e agilidade na disponibilização do veículo.

5.1.18 – Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação do caminhão locado.

5.1.19 – Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

## **5.2 – DA CONTRATADA:**

5.2.1 – Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e no edital.

5.2.2 – Fornecer o caminhão compatível com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste Edital, no prazo máximo de 15(quinze) dias, após a assinatura do Contrato.

5.2.3– Apresentar obrigatoriamente, quando da “*Vistoria Técnica*”, plano de manutenção e conservação do caminhão a ser utilizado na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

5.2.4 – Manter o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

5.2.5 – Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do caminhão, o qual deverá apresentar-se em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

5.2.6 – Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos





pneus do caminhão locado), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

5.2.7 – Revisar periodicamente, os itens de segurança do caminhão, de forma que seja garantida a segurança do motorista e de terceiros.

5.2.8 – Disponibilizar durante 24(vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição do caminhão.

5.2.9 – Substituir, imediatamente (através de caminhão/equipamento reserva), em caso de sinistro e/ou problema mecânico e/ou avaria que possa vir a ocorrer com o veículo titular, durante sua operação; em cumprimento a execução contratual, não comprometendo assim, a realização dos serviços essenciais de retirada e transporte dos resíduos das vias públicas e logradouros do Município.

5.2.10 – A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02(duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pelo DEMLURB.

5.2.11 – Disponibilizar também no prazo máximo de 02(duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

5.2.12 – Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

5.2.13 – Indicar funcionário capacitado para gerenciar o veículo locado, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

5.2.14 – Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro do DEMLURB.

5.2.15 – Comunicar ao DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção do caminhão, que correrá integralmente por conta da Contratada, para acompanhamento da execução do contrato.

5.2.16 – Não substituir, nem fornecer caminhão por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.

5.2.17 – Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhão em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

5.2.18 – O caminhão deverá ser pintado e/ou adesivado nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

5.2.19 – Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículo reserva, peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

5.2.20 – Manter a documentação do caminhão dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

5.2.21 – Disponibilizar o caminhão locado, com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em

ambos os casos, o mesmo estiver a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

5.2.22 – Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem do caminhão, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

5.2.23 – Disponibilizar o caminhão devidamente instalado com tacógrafo, realizando a manutenção preventiva e corretiva desse equipamento, bem como a troca diária do disco, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

5.2.24 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

5.2.25 – Todos os impostos, taxas, contribuições e outros porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão incluídos no valor do contrato.

5.2.26 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.2.27 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

5.2.28 – Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

5.2.29 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

5.2.30 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55, sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

5.2.31 – Apresentar nota fiscal/fatura correspondente ao serviço executado, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

5.2.32 – Substituir, de imediato e às suas expensas, o serviço que não se adequar às especificações do presente Contrato.

5.2.33 – Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

5.2.34 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB.

5.2.35 - A Contratada ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas neste Contrato, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.



13.2.36 – À Contratada caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

13.3.37 – A Contratada, quando do veículo e equipamento não for de sua propriedade, ficará obrigada a apresentação de termo de compromisso de celebração de contrato de "*leasing*", contrato de aquisição entre a Contratada e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou *Contrato de locação com terceiro*, quando da assinatura do contrato com DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que o veículo e equipamento estará disponível e vinculado ao futuro Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO**

6.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.



6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

### **7.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1.1. A prestação dos serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços será formalizada pela assinatura do Contrato entre a Unidade Requisitante e a sociedade empresária.

7.1.2. A contratada prestará somente o serviço relacionado neste contrato.

7.1.3. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação a terceiros dos serviços contratados, mesmo que contratados por seus servidores.

### **7.2. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

7.2.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

7.2.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a contratada.

7.2.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 - Havendo justificado interesse público e autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

8.1.1 – A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.



8.2 – A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, em parte do contrato, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do valor contratado, assumindo a **Contratada** completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com o **DEMLURB**.

### **CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES**

9.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO**

10.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

**Prefeito**

**Secretária(o)**

**EMPRESA**  
Representante Legal  
Cargo

#### **Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

#### **Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 331/2019 - DEMLURB**

**ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO**

**1. OBJETO**

Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para a **Locação mensal de caminhão, tipo trucado, equipado com poliguindaste duplo, sem motorista e sem combustível, para prestação de serviços de remoção e transporte de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.) até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, complementando os serviços essenciais de limpeza urbana no Município de Juiz de Fora/MG, incluindo todas as despesas de transporte entre áreas, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus, seguro (inclusive contra terceiros), resgate de equipamento avariado em via pública e demais insumos necessários ao serviço, nas quantidades, modelos e características definidas, conforme relação de serviços especificados ao final.**

1.1.1 - A LICITANTE VENCEDORA deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

1.1.2 - A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo.

**1.2 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:**

**1.2.1 - De Caráter Geral:**

**1.2.1.1** – Será retirado e transportado até o Aterro Sanitário de Dias Tavares, todo tipo de resíduos (materiais em geral no estado seco ou úmido como: terra, barro, areia, entulho de obra, etc.), desde que sejam compatíveis com as especificações técnicas do veículo/equipamento locado.

**1.2.1.2** – O caminhão locado da **LICITANTE VENCEDORA** deverá realizar **no mínimo 03(três) viagens por dia**, de transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.

**1.2.1.2.1** – A carga a ser transportada deverá conter **no mínimo 80%(oitenta por cento) da capacidade volumétrica útil das caçambas estacionárias.**

**1.2.1.3** – Havendo aumento ou redução dos serviços poderá o **DEMLURB** determinar a adequação por parte da **LICITANTE VENCEDORA** do número de unidades locadas, respeitados os limites legais, conforme inciso IV do § 1º do art. 57 e o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

**1.2.1.4** – No caso de quebra do caminhão, para que o serviço não sofra prejuízo, o **DEMLURB** poderá receber veículo não vinculado ao contrato, desde que com as mesmas características da unidade contratada, devendo a empresa justificar ao **DEMLURB** a necessidade de tal apresentação com as devidas formalizações, fixando prazos para a regularização da unidade titular avariada, que não deverá ser superior a 15(quinze) dias, devendo o caminhão ser submetido a vistoria e análise prévia de sua documentação, visando sua aceitação pelo **DEMLURB**. Neste caso, se o caminhão substituído, não vinculado ao contrato, tiver idade superior a idade do veículo avariado, a remuneração do veículo que não pertencer ao contrato terá uma redução de 10% por ano de diferença entre a idade da unidade contratada e do veículo apresentado, que não deve ultrapassar 02(dois) anos. Passados os 15(quinze) dias sem a apresentação da unidade contratada, a empresa deverá substituir o caminhão defeituoso(do contrato) por outro com idênticas características, inclusive ano de fabricação.



### **1.2.2 – Quanto ao caminhão:**

**1.2.2.1** – A quantidade, tipo, capacidade e demais características do caminhão objeto da presente locação, estão relacionadas neste Termo de Referência.

**1.2.2.2** – O caminhão deve ser apresentado e mantido à disposição do **DEMLURB** durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

**1.2.2.3** – Fica proibida a permanência de caminhão vinculado ao Contrato nas vias e logradouros quando não estiver em uso, salvo autorização expressa e específica do **DEMLURB**. É absolutamente vedado à **LICITANTE VENCEDORA** a utilização do caminhão vinculado a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização do caminhão objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do **DEMLURB**.

**1.2.2.5** – O **DEMLURB** não se responsabilizará, sob qualquer hipótese, pela integridade do caminhão locado em casos de acidentes ou outros eventos de força maior.

**1.2.2.6** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do **DEMLURB** às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.

**1.2.2.7** – A **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar ao **DEMLURB** ou quando este solicitar, relatórios operacionais extraídos de software de controle de frota que efetue o armazenamento de informações em banco de dados referentes a quilometragem utilizada e o consumo de combustível do caminhão.

**1.2.2.8** – O caminhão deverá atender ao limite padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição do mesmo e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**1.2.2.9** – O **caminhão/equipamento** licitado na sua totalidade, compreendendo chassi+cabine e poliguindaste duplo, **em hipótese alguma, poderão sofrer alterações/adulterações em qualquer de suas partes (mecânica ou estrutural)**, salvo com expressa autorização do **DEMLURB** e anuência do fabricante do caminhão ou do equipamento.

### **1.2.3 – Quanto à operação da retirada dos resíduos:**

**1.2.3.1** – O planejamento da operação de retirada dos resíduos nas vias e logradouros com o caminhão é atribuição do **DEMLURB** que, entretanto, poderá avaliar qualquer sugestão para maior eficiência do sistema.

**1.2.3.2** – O caminhão deverá ser colocado à disposição do **DEMLURB**, em local a ser previamente definido, quando este estiver em operação.

**1.2.3.3** – A operação do caminhão será realizada diariamente, devendo se garantir um **desempenho médio de 5.000km/mês**, conforme padrão de qualidade definido pelo **DEMLURB**.

**1.2.3.4** – O **DEMLURB** se reserva no direito de promover, a qualquer momento e a seu critério, alterações nos serviços executados com o caminhão, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** adequar-se de pronto às novas necessidades, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.



**1.2.3.5 – A LICITANTE VENCEDORA** deverá respeitar as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes a cada caso específico, inclusive no tocante às normas de segurança de transporte e ao Código Brasileiro de Trânsito.

#### **1.2.4 – Quanto à Medição:**

**1.2.4.1 –** O objeto contratado dar-se-á por **cota de apresentação** do caminhão, **por mês**, de acordo com a condição e quantitativo definido neste instrumento.

**1.2.4.2 –** O **DEMLURB** apresentará à **LICITANTE VENCEDORA**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações ocorridas no período, relativo a execução do serviço.

**1.2.4.3 –** Na hipótese de greve ou paralisação dos empregados da **LICITANTE VENCEDORA**, que interrompa a execução do Contrato, a **LICITANTE VENCEDORA** não fará jus ao recebimento pelos dias de paralisação.

**1.2.4.4 –** A **LICITANTE VENCEDORA** quando da ocorrência de algum sinistro que impossibilite o caminhão de operar, deverá **disponibilizar imediatamente veículo/equipamento reserva** para dar prosseguimento ao serviço que estará sendo executado, caso contrário, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo e não será contabilizado na medição diária.

**1.2.4.5 –** Para efeito de apuração do valor diário, considerar-se-á sempre o número de dias trabalhados, do valor mensal do Contrato.

**1.2.4.6 –** É de responsabilidade da **LICITANTE VENCEDORA** a execução de “*chek-list*” periódico, no intervalo mínimo de 15(quinze) dias, que pode ser executado por ocasião do reabastecimento, verificando-se a eventual necessidade de reparos, que também podem ser sinalizados pelo **DEMLURB**.

**1.2.4.7 –** Em nenhuma hipótese, para efeito de aplicação das penalidades previstas, poderá ser considerado desconto parcial, aqui considerados sempre como um conjunto único.

**1.2.4.8 –** A não apresentação do veículo/equipamento suficiente para o devido atendimento do contrato, além de ser descontado na medição, poderá ser considerado como quebra de contrato, podendo a **LICITANTE VENCEDORA** ser penalizada, conforme previsto neste Termo de Referência.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

2.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, conforme o caso.

2.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da Ata de Registro de Preços.

2.3. A licitante vencedora prestará somente os serviços relacionados neste Termo de Referência.

2.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pela prestação a terceiros dos serviços contratados, mesmo que solicitados por seus servidores.

### **2.5. DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

2.5.1 - Havendo justificado interesse público e autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.



2.5.1.1 – A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

2.5.2 – A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa do **DEMLURB**, em parte do contrato, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do valor contratado, assumindo a **LICITANTE VENCEDORA** completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com o **DEMLURB**.

### **3 – DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

3.1. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização, será de no máximo **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de assinatura do Contrato entre as partes, acompanhada da Nota de Empenho emitida pela Unidade Requisitante.

3.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

### **4 - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **4.1 – DO DEMLURB:**

4.1.1 – Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

4.1.2 – Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA.

4.1.3 – Prestar à LICITANTE VENCEDORA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

4.1.4 – Remeter advertências à LICITANTE VENCEDORA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

4.1.5 – Aplicar a LICITANTE VENCEDORA penalidades, quando for o caso.

4.1.6 – Notificar, por escrito, a LICITANTE VENCEDORA da aplicação de qualquer sanção.

4.1.7 – Efetuar o pagamento da LICITANTE VENCEDORA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

4.1.8 – Fornecer combustível (óleo diesel) para a execução dos serviços.

4.1.9 – Proceder “*Vistoria Técnica*” no caminhão antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.

4.1.10 – Recusar a apresentação do caminhão que não estiver em perfeitas condições quando da “*Vistoria Técnica*”.

4.1.11 – Exigir a substituição do caminhão em operação se este não estiver em perfeitas condições.

4.1.12 – Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

4.1.13 – Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados do veículo, ocorridas no período.

4.1.14 – Conduzir o caminhão durante a efetiva prestação dos serviços, através de motorista do DEMLURB, devidamente habilitado e qualificado.

4.1.15 – Responsabilizar-se pela guarda do caminhão em funcionamento durante a execução do contrato.

4.1.16 – A guarda do caminhão locado (em funcionamento) será realizada nas dependências do DEMLURB.

4.1.17 – Exigir da LICITANTE VENCEDORA, em casos excepcionais, desde que prévia e expressamente comunicada em prazo a ser fixado pelo DEMLURB, que a guarda do caminhão locado (em funcionamento), se dê em local diverso do previsto no item 4.1.16, deste Termo de Referência, até que seja normalizada a situação que originou a mudança do local da guarda, caso em que ficará sob sua responsabilidade, em local próprio ou alugado, suficientemente adequado, sem prejuízo da qualidade e agilidade na disponibilização do veículo.

4.1.18 – Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação do caminhão locado.

4.1.19 – Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

#### **4.2 – DA LICITANTE VENCEDORA:**

4.2.1 – Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e no Termo de Referência.

4.2.2 – Fornecer o caminhão compatível com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste Termo de Referência, no prazo máximo de 15(quinze) dias, após a assinatura do Contrato.

4.2.3– Apresentar obrigatoriamente, quando da “*Vistoria Técnica*”, plano de manutenção e conservação do caminhão a ser utilizado na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

4.2.4 – Manter o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

4.2.5 – Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do caminhão, o qual deverá apresentar-se em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

4.2.6 – Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos



pneus do caminhão locado), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

4.2.7 – Revisar periodicamente, os itens de segurança do caminhão, de forma que seja garantida a segurança do motorista e de terceiros.

4.2.8 – Disponibilizar durante 24(vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição do caminhão.

4.2.9 – Substituir, imediatamente (através de caminhão/equipamento reserva), em caso de sinistro e/ou problema mecânico e/ou avaria que possa vir a ocorrer com o veículo titular, durante sua operação; em cumprimento a execução contratual, não comprometendo assim, a realização dos serviços essenciais de retirada e transporte dos resíduos das vias públicas e logradouros do Município.

4.2.10 – A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02(duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pelo DEMLURB.

4.2.11 – Disponibilizar também no prazo máximo de 02(duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

4.2.12 – Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

4.2.13 – Indicar funcionário capacitado para gerenciar o veículo locado, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

4.2.14 – Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro do DEMLURB.

4.2.15 – Comunicar ao DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção do caminhão, que correrá integralmente por conta da LICITANTE VENCEDORA, para acompanhamento da execução do contrato.

4.2.16 – Não substituir, nem fornecer caminhão por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.

4.2.17 – Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhão em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

4.2.18 – O caminhão deverá ser pintado e/ou adesivado nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

4.2.19 – Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículo reserva, peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

4.2.20 – Manter a documentação do caminhão dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

4.2.21 – Disponibilizar o caminhão locado, com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em

ambos os casos, o mesmo estiver a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

4.2.22 – Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem do caminhão, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

4.2.23 – Disponibilizar o caminhão devidamente instalado com tacógrafo, realizando a manutenção preventiva e corretiva desse equipamento, bem como a troca diária do disco, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

4.2.24 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

4.2.25 – Todos os impostos, taxas, contribuições e outros porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão inclusos no valor do contrato.

4.2.26 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.2.27 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

4.2.28 – Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da LICITANTE VENCEDORA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

4.2.29 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

4.2.30 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55, sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

4.2.31 – Apresentar nota fiscal/fatura correspondente ao serviço executado, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

4.2.32 – Substituir, de imediato e às suas expensas, o serviço que não se adequar às especificações do presente Termo de Referência.

4.2.33 – Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

4.2.34 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB.

4.2.35 - A LICITANTE VENCEDORA ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas neste Edital, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.



4.2.36 – À LICITANTE VENCEDORA caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

4.3.37 – A LICITANTE VENCEDORA, quando do veículo e equipamento não for de sua propriedade, ficará obrigada a apresentação de termo de compromisso de celebração de contrato de "*leasing*", contrato de aquisição entre a LICITANTE VENCEDORA e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou *Contrato de locação com terceiro*, quando da assinatura do contrato com DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que o veículo e equipamento estará disponível e vinculado ao futuro Contrato.

## **5 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

5.1. – Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto serão realizados pelo DEMLURB.

5.1.1 – O DEMLURB atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à LICITANTE VENCEDORA.

5.1.2 – O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

5.1.3 – A fiscalização sobre o cumprimento do objeto contratado será efetuada pela Diretoria Operacional do DEMLURB ou seus prepostos, sob a coordenação da respectiva diretoria, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

5.2 – A comunicação entre o DEMLURB e a LICITANTE VENCEDORA deverá ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina. Na hipótese de a LICITANTE VENCEDORA se negar a passar recibo das comunicações a ela feitas, serão estas consideradas entregues para todos os efeitos legais.

5.3 – Constatada a regular prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, cabe à Fiscalização do DEMLURB atestar a sua satisfatória execução.

5.4 – A LICITANTE VENCEDORA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do DEMLURB acesse qualquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas ao veículo, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

5.5 – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da LICITANTE VENCEDORA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o DEMLURB ou perante terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do DEMLURB ou de seus prepostos.

## **6 - DAS PENALIDADES E RESCISÃO**

6.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:



- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.



6.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

## 7 – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do **DEMLURB**, creditado em favor da **LICITANTE VENCEDORA**, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30(trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, junto à Divisão de Expediente do **DEMLURB** e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria de Operações, responsável pela fiscalização do Contrato:

**BANCO:** \_\_\_\_\_  
**AGÊNCIA:** \_\_\_\_\_  
**CONTA CORRENTE:** \_\_\_\_\_  
**LOCALIDADE:** \_\_\_\_\_

7.2 – O **DEMLURB** apresentará à **LICITANTE VENCEDORA**, para fins de conferência e faturamento, o boletim de medição mensal, contendo a totalização das apresentações, por tipo de veículo, ocorridas no período, relativo a execução dos serviços.

7.3 – Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; e, da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

7.4 – No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 6.3 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Edital, fica o **DEMLURB** autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à **LICITANTE VENCEDORA**, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

7.5 – O **DEMLURB** poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **LICITANTE VENCEDORA**, por força deste Termo de Referência.

7.6 – Quando ocorrer a situação prevista no subitem 7.4, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Termo de Referência.

7.7 – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

7.8 – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do **DEMLURB**, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$\frac{I = (TX/100)}{365}$$



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**I** = índice de atualização financeira;

**TX** = percentual da taxa de juros de mora anual;

**EM** = encargos moratórios

**N** = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da parcela em atraso.

**7.9** – Para a hipótese definida no item 7.8, a **LICITANTE VENCEDORA** fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do **DEMLURB**.

**7.10** – O CNPJ da **LICITANTE VENCEDORA** constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

**7.11** – O ISSQN será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da **LICITANTE VENCEDORA**.

**7.11.1** – A retenção de ISSQN será no percentual de 5%, nos termos do art. 47, item 24.01 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de sua prestação, em tese, no Município de Juiz de Fora, caso o licitante vencedor possua aqui o seu estabelecimento prestador.

**Observação importante:** Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**7.11.2** – A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: <http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controleinterno/legislacao.php>



Processo: 07468  
Ano: 2019  
Diretoria: DEMLURB

Item	Qtidade	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado
1	12,00	298580019	Vr/Mês	Prestação de serviço de locação de Caminhão Poliguindaste Duplo, Tipo Trucado, com as seguintes especificações/característica mínimas: 3 eixos, potência 17-180 ou similar, ano de fabricação 2015 ou superior, cabine simples, motor diesel, direção hidráulica, transmissão com tomada de força acoplada, equipamento poliguindaste duplo com capacidade para 10 toneladas, com sapata hidráulica; manutenção inclusa. Sem motorista e sem combustível	11.166,670	134.000,0400

**Total Estimado do Processo: R\$ 134.000,04 (cento e trinta e quatro mil reais e quatro centavos)**